

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Do Autor</i>	XVII
<i>Nota da 2ª edição</i>	XXI
<i>Nota da 3ª edição</i>	XXI

PARTE I O ESTADO NA HISTÓRIA

Capítulo I LOCALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO

§ 1º O Estado, realidade histórica

1. O Estado, espécie de sociedade política	3
2. O aparecimento histórico do Estado	4
3. Sociedades políticas pré-estatais	4
4. Processos de formação do Estado	5
5. Características gerais do Estado	5
6. A inserção territorial do Estado	6

§ 2º Tipos históricos de Estado

7. O desenvolvimento histórico do Estado	7
8. Redução das formas históricas de Estado a tipos	8
9. O Estado oriental	9
10. Estado grego	9
11. O Estado romano	12
12. O pretense Estado medieval	14
13. O Estado moderno ou europeu	17
14. O nome de Estado	18

Capítulo II O DIREITO PÚBLICO MODERNO E O ESTADO DE TIPO EUROPEU

§ 1º Formação

15. O sistema político medieval	21
16. A substituição do sistema político medieval	22
17. O processo de criação dos Estados europeus	23



18. A soberania e a organização do Estado	23
19. Variedade dos momentos de aparecimento do Estado	24

§ 2º

Evolução

20. Condições gerais de desenvolvimento do Estado europeu	25
21. Períodos de evolução	26
22. O Estado estamental	27
23. O Estado absoluto. O Estado de polícia	28
24. O Estado constitucional, representativo ou de Direito	30
25. O Estado constitucional no século XIX como Estado liberal burguês	33
26. A situação do Estado no século XX	36
27. A diversidade de tipos constitucionais	38
28. Os problemas no início do século XXI	41

PARTE II

ESTRUTURA DO ESTADO

Capítulo I

O ESTADO EM GERAL

29. Sequência	47
30. As grandes correntes doutrinárias acerca da natureza ou essência do Estado	48
31. As concepções mais significativas	50
32. Outras elaborações doutrinárias	54
33. Posição adotada	56
34. As relações entre Estado e sociedade	59
35. Os elementos ou condições de existência do Estado	62
36. As vicissitudes do Estado	64
37. O Estado como pessoa coletiva	67

Capítulo II

O ESTADO COMO COMUNIDADE POLÍTICA

38. A comunidade política ou povo	71
39. Povo e Estado	73
40. O Estado, o povo e a coletividade pré-estatal	74
41. A unidade do povo e as distinções políticas entre os cidadãos	76
42. Conceitos afins do conceito de povo	80
43. A relevância jurídico-política do fenómeno nacional	81
44. A proteção das minorias	84
45. Povo e comunidades em diferentes estádios culturais	87
46. As concepções político-constitucionais e ideológicas de povo	88

Capítulo III

A CIDADANIA

§ 1º

A cidadania ou qualidade de membro do Estado

47. Povo e cidadania	95
--------------------------------	----

48. Uma cidadania transnacional?	98
49. A cidadania no Direito internacional.	99
50. A cidadania no Direito constitucional.	102

§ 2º

A condição jurídica das pessoas em razão da cidadania

51. Cidadãos originários e não originários	103
52. A condição dos estrangeiros e o seu enquadramento pelo Direito internacional	103
53. A condição dos cidadãos dos países de língua portuguesa	108
54. A cidadania europeia	109

Capítulo IV

O PODER POLÍTICO

§ 1º

Poder e soberania

55. Estrutura e função do poder	113
56. O problema da limitação do poder pelo Direito	114
57. Titularidade e exercício do poder	117
58. Poder político e soberania	118
59. Soberania e ordem interna do Estado	119
60. Soberania, descentralização, autonomia	121
61. Descentralização e subsidiariedade	123

Capítulo V

O TERRITÓRIO DO ESTADO

62. O território, condição de existência do Estado	125
63. O território e o Direito do Estado	127
64. Território, poder e povo	128
65. O direito do Estado sobre o seu território	129
66. Outros direitos territoriais do Estado e outras situações territoriais	131
67. Referência ao domínio público e ao domínio privado	133
68. O Estado e outras coletividades territoriais	134

Capítulo VI

FORMAS DE ESTADO

§ 1º

As formas de Estado em geral

69. Conceito de forma de Estado	137
70. A contraposição fundamental: Estados simples e compostos	139
71. O Estado unitário descentralizado ou regional	141
72. Autonomia política com e sem integração	143
73. Os Estados compostos: federações e uniões reais	145
74. Os Estados federais em particular	147
75. O sistema jurídico complexo dos Estados federais	150
76. Os condicionalismos das formas de Estado	151

PARTE III
CONSTITUIÇÃO

TÍTULO I
A CONSTITUIÇÃO COMO FENÓMENO JURÍDICO

Capítulo I
SENTIDO DA CONSTITUIÇÃO

§ 1º

Constituição e constitucionalismo

77. Da Constituição antiga à Constituição moderna.....	157
78. Da Constituição liberal às Constituições atuais	162
79. Da Constituição em sentido material à pluralidade de Constituições materiais	168
80. Constituição em sentido formal	170
81. Os tempos e os lugares das normas constitucionais	172
82. Constituição em sentido formal e Constituição em sentido instrumental.	174
83. Normas material e formalmente constitucionais.	175
84. Os problemas constitucionais na transição do século e do milénio	178
85. Direito constitucional comum a dois ou mais Estados	180
86. Direito constitucional e Direito internacional.	180
87. A pretensa Constituição europeia	183
88. Transconstitucionalismo e interconstitucionalismo	187

§ 2º

Conceções gerais sobre a Constituição

89. A teorização da Constituição.	188
90. As grandes correntes doutrinárias	188
91. Algumas teorias da Constituição.	190
92. Algumas posições de autores portugueses e brasileiros	196
93. Visão adotada	203

Capítulo II

FORMAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

§ 1º

Poder constituinte e formação da Constituição

94. Poder constituinte material e poder constituinte formal	209
95. O poder constituinte material (originário)	212
96. Constituição e soberania do Estado	215
97. A revolução como fenómeno constituinte.	216
98. A transição constitucional.	219
99. Do poder constituinte material ao poder constituinte formal	222
100. Os tipos de atos constituintes <i>stricto sensu</i>	224
101. Forma, legitimidade e conteúdo da Constituição	226
102. As formas e as regras dos atos constituintes.	228
103. Os limites materiais do poder constituinte	230

§ 2º

Fontes das normas constitucionais

104. As fontes formais de Direito e o Direito constitucional	235
105. O problema do costume em Constituição formal	237
106. Visão adotada sobre o costume constitucional	239
107. Figuras afins do costume constitucional	244
108. A jurisprudência como fonte de normas constitucionais.	246

Capítulo III

MODIFICAÇÃO E SUBSISTÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO

§ 1º

As modificações constitucionais em geral

109. Modificabilidade e modificações da Constituição	247
110. Modificações da Constituição e vicissitudes constitucionais	248
111. As diversas espécies de vicissitudes constitucionais.	251
112. Rigidez e flexibilidade constitucionais	256

§ 2º

A revisão constitucional e o seu processo

113. A diversidade de formas da revisão constitucional	259
114. Sistemas de revisão em Direito comparado	262
115. Requisitos de qualificação da revisão constitucional	267

§ 3º

Os limites materiais de revisão constitucional

116. A formulação de limites materiais de revisão	268
117. A polémica doutrinal sobre os limites materiais	273
118. Posição adotada.	278
119. A necessidade de limites materiais de revisão	280
120. A revisibilidade das cláusulas de limites expressos	284
121. Preterição de limites materiais e inconstitucionalidade	286
122. Preterição de limites materiais e fiscalização da constitucionalidade da revisão	288
123. Preterição de limites e transição constitucional	290

TÍTULO II

NORMAS CONSTITUCIONAIS

Capítulo I

ESTRUTURA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

124. Os princípios e a sua função ordenadora	293
125. Classificações de princípios constitucionais	298
126. Os preâmbulos constitucionais	300
127. Classificações de normas-regras	303
128. Normas precativas e normas programáticas	305
129. Normas exequíveis e não exequíveis por si mesmas	308
130. Normas precativas exequíveis, normas precativas não exequíveis e normas programáticas	309
131. A aplicabilidade direta das normas constitucionais	311



Capítulo II
INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO

§ 1º

Interpretação e integração das normas constitucionais

132. A problemática da interpretação constitucional	315
133. Postulados da interpretação constitucional e seus corolários	320
134. As normas legais sobre interpretação das leis	324
135. A interpretação conforme com a Constituição	325
136. As lacunas da Constituição e a sua integração	328

§ 2º

A aplicação das normas constitucionais no tempo

137. Os postulados básicos	331
138. Os efeitos da superveniência das normas constitucionais	331
139. Direito constitucional novo e Direito constitucional anterior	332
140. Direito constitucional novo e Direito ordinário anterior	334
141. A subsistência do Direito ordinário não contrário à Constituição	336
142. A inconstitucionalidade superveniente das leis ordinárias anteriores contrárias à Constituição	340
143. Direito constitucional novo e Direito internacional anterior	344
144. Direito constitucional novo e atos jurídico-públicos	345

§ 3º

A aplicação das normas constitucionais no espaço

145. Constituição e território do Estado	346
146. Normas constitucionais e normas de conflitos	347

PARTE IV
ATIVIDADE CONSTITUCIONAL DO ESTADO

Capítulo I
FUNÇÕES DO ESTADO

147. Os dois sentidos de função	353
148. A função no sentido de atividade	355
149. A elaboração teórica das funções do Estado	356
150. Classificação adotada: funções fundamentais e funções complementares, acessórias e atípicas	359
151. A função política	363
152. A função administrativa e a função jurisdicional	364
153. Zonas de fronteira e funções complementares, acessórias e atípicas	368
154. O problema da natureza dos assentos	370

Capítulo II
ÓRGÃOS DO ESTADO

§ 1º

Conceito e elementos

155. Origem do conceito	373
-----------------------------------	-----

156. Órgãos e conceitos afins	374
157. Órgão e imputação	375
158. Órgãos e atos com eficácia interna	377
159. Órgãos em Direito interno e em Direito internacional	379
160. Os elementos do conceito de órgão	380
161. Sentido da competência	381
162. A competência e a norma jurídica	383
163. Os titulares	385

§ 2º

Categorias de órgãos

164. Classificação dos órgãos	386
165. Os órgãos colegiais e o seu funcionamento	388
166. As assembleias em especial	390
167. Órgãos do Estado e colégios eleitorais	393

§ 3º

Vicissitudes dos órgãos

168. Espécies de vicissitudes	394
169. As vicissitudes subjetivas	395

Capítulo III

ATOS JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS

§ 1º

Atos jurídico-constitucionais em geral

170. Atos jurídico-públicos e atos jurídico-constitucionais	399
171. Pressupostos, elementos, requisitos	400
172. Requisitos e valores jurídicos dos atos	402
173. Tipologias de atos jurídico-constitucionais	403
174. A fundamentação nos atos jurídico-constitucionais	404
175. Atos de produção sucessiva, processo, procedimento	405
176. Atos tácitos e omissões	409
177. O tempo em Direito constitucional	410

§ 2º

Atos legislativos

178. Aceções de lei	411
179. A problemática jurídico-política da lei	413
180. A lei na evolução do Estado	415
181. Lei em sentido material e lei em sentido formal	418
182. Generalidade e Estado de Direito	424
183. A Constituição e a atividade legislativa	425
184. Forma de lei e força de lei	426
185. Unidade e pluralidade de formas de lei	428
186. Relance de Direito comparado	429

PARTE V
INCONSTITUCIONALIDADE E GARANTIA DA CONSTITUIÇÃO

Capítulo I
INCONSTITUCIONALIDADE EM GERAL

§ 1º

Inconstitucionalidade

187. Noção ampla e noção restrita de inconstitucionalidade	435
188. Análise do fenómeno.	436
189. Inconstitucionalidade de normas constitucionais	439
190. Inconstitucionalidade e ilegalidade.	443
191. Inconstitucionalidade e hierarquia	446
192. Os diferentes tipos e juízos de inconstitucionalidade	448
193. Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal e orgânica.	451
194. Desvio de poder legislativo e razoabilidade	452

§ 2º

Consequências da inconstitucionalidade

195. Inconstitucionalidade e valores jurídicos	455
196. Vícios na formação da vontade e valores jurídicos.	460
197. Inconstitucionalidade e responsabilidade civil do Estado	460
198. Inconstitucionalidade e responsabilidade política	461

Capítulo II

GARANTIA EM GERAL

§ 1º

Garantia e fiscalização

199. Norma jurídica e garantia	463
200. Garantia da constitucionalidade e garantia da Constituição	464
201. Garantia e fiscalização da constitucionalidade	465
202. Critérios substantivos de fiscalização	466
203. Critérios processuais de fiscalização.	468
204. Fiscalização difusa e fiscalização concentrada	471
205. O Direito processual constitucional	472

§ 2º

As decisões de fiscalização

206. Juízo de inconstitucionalidade e decisões dos tribunais	474
207. As decisões em fiscalização concreta	476
208. A decisão de inconstitucionalidade em fiscalização abstrata	477
209. Natureza da declaração de inconstitucionalidade	480
210. A decisão de não inconstitucionalidade em fiscalização abstrata	481
211. A interpretação conforme com a Constituição e as decisões interpretativas.	483
212. As decisões limitativas	485
213. As decisões aditivas	487

Capítulo III

A FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE EM DIREITO COMPARADO

214. Inserção histórica	491
215. Os grandes modelos ou sistemas típicos	494
216. A opção por fiscalização difusa ou por fiscalização concentrada	500
217. Quadro comparativo sintético	501
218. A fiscalização da constitucionalidade em Portugal	503
219. A fiscalização da constitucionalidade no Brasil	505
220. Os sistemas de fiscalização dos países africanos de língua portuguesa e de Timor	507
221. Justiça constitucional e princípio democrático	508